

Sindsep-PE promove debate sobre plebiscito popular



▶▶ páginas 4 e 5

Ministério do Trabalho sob ameaça de mais sucateamento

▶▶ página 7



Presidenta Dilma recebe documento em defesa dos servidores e do serviço público

▶▶ página 3

Novos concursados da Sudene participam de palestra com sindicato

▶▶ página 6

Sindicato divulga ações judiciais pagas esse ano

▶▶ página 8



Livro revela perfil do ex-governador e presidenciável Eduardo Campos

▶▶ página 2



@Sindsep_PE



Sindsep-PE



www.sindsep-pe.com.br

Eduardo Campos por Michel Zaidan

A Honra do Imperador. Foi com esse título nada ameno que o cientista político e escritor Michel Zaidan batizou o seu mais recente trabalho. Lançado pela editora do Núcleo de Estudos Eleitorais, Partidários e da Democracia (NEEPD), da UFPE, do qual o professor é coordenador, o livro trata das duas gestões do ex-governador do Estado e atual candidato a Presidência da República, Eduardo Campos (PSB).

Em suas 120 páginas, *A Honra do Imperador* aborda as razões da derrota da Frente Jarbista para Eduardo, o perfil gerencial das suas gestões, as denúncias de nepotismo, a “privatização” da saúde, as políticas de desenvolvimento regional, industrial, ambiental e cultural e as alianças feitas pelo ex-governador, entre outros assuntos. Os textos foram publicados inicialmente no Blog do Jamildo, desde o início do primeiro mandato de Eduardo, e compilados por Zaidan para o livro.

As críticas são tão fortes quanto o título. Segundo Zaidan, Pernambuco – que vegetou muitos anos num clima de paralisia econômica e decadência política – foi muito contemplado pelo novo quadro econômico e político do Brasil. A virtuosa sinergia criada pelos três níveis de governos (municipal, estadual e federal) teria sido importante para a recuperação econômica do Estado. A matriz foi profundamente modificada com os polos têxtil e petroquímico, a indústria naval, o porto de Suape, a refinaria, entre outros. O impacto social e financeiro sobre a vida da população foi grande, na geração de renda e emprego.

Mas, na sua opinião, a gestão de Eduardo “vendeu” o estado a empresas e investidores privados, ao custo da eliminação de

medidas de proteção socioambiental, farta renúncia fiscal e financiamento público. O gestor teria se tornado um mero vendedor de vantagens locais para empresas.

“De repente, o campeão de um novo pacto federativo entre as unidades e subunidades nacionais transformou-se num ‘Hobin Hood’ às avessas, tirando os recursos públicos de quem precisava para dar a quem já tinha muito”, afirma Zaidan no livro. Para o professor, o estilo administrativo do ex-governador é caracterizado por um misto de gerencialismo e familismo, com inúmeros auditores do Tribunal de Contas, que fazem às vezes de secretários de Governo.

“Um hibridismo institucional entre o familismo amoral e uma modalidade cabocla de gerencialismo, sob estrito controle do chefe. Não é o velho patrimonialismo puro, nem um gerencialismo digno desse nome. Eduardo convidou um assessor de Aécio Neves para dar um choque de gestão em seu secretariado.

O modelo gerencial foi modificado pelo excessivo controle pessoal do chefe e o engessamento burocrático dos auditores-secretários em torno da gestão”, comentou Zaidan.

Quanto à política de educação, saúde, saneamento básico e transporte público, ele afirma que o padrão dominante foi a “publicização” desses servi-



ços, entregues “alegremente” a entidades privadas do chamado terceiro setor.

“A impressão que fica é que Eduardo Campos tem uma visão meramente instrumental e estratégica da gestão. A sua preocupação não é tanto a qualidade de vida ou a melhoria social da população do estado, mas como transformar isso num ativo de alta especificidade para atuar no processo sucessório estadual e federal”, destaca Zaidan.

E aí se revelaria a natureza de suas alianças políticas. “Amplitude, diversidade, clientelismo, fisiologismo, adesismo, utilitarismo – desde que tudo isso possa servir de meio, instrumento, moeda para barganhar nos grandes acordos políticos nacionais e estaduais”, destaca.

Segundo Zaidan, em sua ambição desmedida pelo poder, Eduardo colonizou o quadro partidário de Pernambuco.

“Ele acha que não há mais nada a fazer no Estado. Agora o céu é o limite de sua ambição. Mas não consegue nacionalizar a candidatura, convencer o

PSDB a ceder a cabeça da chapa, nem convencer os eleitores de Lula a votarem nele”, finaliza Zaidan.



► Editorial

Cuidado com o golpe

Está se tornando cada vez mais comum servidores federais serem vítimas de golpes, seja por supostos empréstimos consignados, seja por advogações charlatões ou por associações fantasmas. O Sindsep-PE tem sido frequentemente procurado por seus associados que caem em armadilhas dessa natureza. Os alvos preferidos são aposentados e pensionistas e aqueles que têm ação na Justiça e esperam há anos para recebê-las. Esse tipo de fraude é muito antigo e não é de agora que o sindicato vem alertando os servidores quanto aos estelionatários.

Hoje, com a velocidade da informação e com a facilidade para se comunicar, não dá para entender como as pessoas ainda caem nesse tipo de golpe. É bem verdade que, às vezes, pela ânsia de receber uma ação judicial e pela oratória de certos estelionatários, o servidor se deixa enganar. Foi o que aconteceu recentemente com um associado do sindicato, que recebeu uma ligação de um “advogado” oferecendo seus serviços para agilizar a liberação do processo dos 28,86%, uma ação líquida e certa dos servidores federais, que vem sendo favorável à categoria ao longo dos anos.

Para fazer andar o processo, o “advogado” cobrou do servidor o pagamento antecipado dos honorários advocatícios. O resultado não poderia ser outro: o charlatão sumiu sem nada fazer. Detalhe: esse servidor realmente tinha o processo dos 28,86% na Justiça, só que numa ação coletiva defendida pelo Sindsep-PE. Ora, se o servidor já está sendo representado judicialmente pelo sindicato, por que acreditar em um pseudoadvogado que não tem nenhuma relação com a entidade? Nessas horas, é preciso refletir antes de agir, senão o prejuízo pode ser grande.

Nunca é demais lembrar que o Sindsep acompanha todas as etapas da tramitação das ações que defende na Justiça e, quando o processo é concluído e o pagamento liberado, a entidade envia telegrama para casa do associado beneficiado. Por isso, antes de se render a um bom discurso, o servidor deve consultar o Jurídico do sindicato.

Também tem se tornado comum associações fantasmas utilizarem essa mesma prática para enganar servidores públicos. Algumas dizem representar a categoria em nível nacional e apresentam sede em outro estado, o que dificulta sua localização física por parte das vítimas. Numa dimensão ainda maior, os golpes com empréstimos consignados estão cada vez mais sofisticados. São quadrilhas especializadas em comprometer parte dos salários dos servidores.

Por isso, todo cuidado é pouco. É bom desconfiar das promessas fáceis. Mais uma vez o Sindsep-PE chama atenção de seus associados para ficarem atentos a esses tipos de golpes. A assessoria jurídica da entidade está à disposição dos servidores, em horário comercial (8h às 18h), de segunda a sexta-feira. Qualquer sinal de perigo é só gritar.

Charge ► Samuca



► Expediente

Jornal editado pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de PE
Rua João Fernandes Vieira, 67 – Boa Vista
CEP 50.050-200 – Recife – PE
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839
Home: www.sindsep-pe.com.br
e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br
Tiragem - 13.000 exemplares
Impressão CCS Gráfica e Editora - fone: 3459.0000

Coordenadora Geral (em exercício) - Graça Oliveira
Diretoria de Imprensa Fernando Antônio de Lima, Jemuel Nunes e M^ª de Lourdes S. Maior Araujo

Jornalista Responsável e Edição - Fabíola Mendonça (DRT- 2506)
Texto Fabíola Mendonça, Deyse Lemos (DRT 3909), Alexandre Yuri (DRT- 2942) e Pietra Valadares (estagiária)
Revisão M^ª de Lourdes S. Maior Araujo
Fotos Arquivo SINDSEP – PE, Condsef e João Carlos Mazella
Projeto gráfico e diagramação - Karla Tenório (DRT-2468) fone: 9291.3273

Filial da CUT e a CONDSEF
SINDSEP-PE

Fórum dos Federais entrega documento à Dilma Rousseff

No dia 31 de julho, representantes dos servidores federais entregaram um relatório à presidenta Dilma Rousseff, elencando os principais eixos da pauta de reivindicação do funcionalismo e apresentando propostas para o serviço público. Durante uma agenda em São Paulo, Dilma recebeu os trabalhadores que participavam da 14ª Nacional da CUT. Na ocasião, o presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas, e os diretores da Condsef, Sérgio Ronaldo e Pedro Armengol, entregaram à presidenta a Plataforma da Classe Trabalhadora, juntamente com o documento dos servidores federais.

O Sindsep-PE esteve representado na Plenária da CUT pela coordenadora geral em exercício da entidade, Graça Oliveira, e seu diretor Jurídico, José Carlos de Oliveira, que participaram como delegados, além de Vilma Maria e Luiz Marcos, observadores, e Lindineri Jane, que participou como CUT Nacional. Dilma foi a primeira candidata a presidente da República – ela disputa a reeleição – a receber o documento, aprovado na última reunião do Fórum Nacional dos Servidores Federais, o qual será entregue a todos os presidencialistas nas eleições de outubro próximo.

“O governo federal tem todas as condições, inclusive política, para inovar na matéria relativa à forma de gestão na administração pública, de modo a deixar de vê-la apenas como uma despesa, passando a tratá-la como instrumento imprescindível para a adoção das políticas do Estado”, afirma o documento. “A adoção deste novo conceito, entretanto, impõe também a utilização de salvaguardas que assegurem a efetiva democratização das relações de trabalho no setor público, que se passe a ver os servidores como cidadãos dotados de deveres, mas também de direitos”, diz outro trecho. Entre as propostas defendidas pelos servidores no



PRESEÇA Delegação dos servidores na Plenária Nacional da CUT

documento está a regulamentação da negociação coletiva, direito de greve, liberdade e organização sindical, valorização do servidor, condições de trabalho e investimento no serviço público, como forma de atender uma população ainda carente de políticas sociais. Reivindicações como definição de data-base para 1º de maio, política salarial permanente com correção das distorções, paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e política de equiparação dos benefícios dos servidores dos três poderes também constam no documento.

A lista de prioridades continua com a retirada de PLs, MPs e decretos contrários aos interesses dos servidores, a realização de concursos, o fim das terceirizações e o apoio à aprovação de projetos que resgatem direitos e fortaleçam o setor público. Devem receber o mesmo documento os demais candidatos a presidente da República.

ENCAMINHAMENTOS

Além de aprovar a entrega de relatório a presidencialistas, a reunião do Fórum Nacional dos Servidores Federais, ocorrida no dia 23 de julho, as entidades avaliaram o primeiro semestre de 2014 e traçaram algumas metas para o segundo semestre. A lei orçamentária foi um dos pontos da pauta,

já que a peça deve ser enviada até agosto ao Congresso Nacional.

Os representantes dos servidores ponderaram a limitação da legislação por conta das eleições de outubro e definiram como prioridade reforçar os eixos que não são afetados pela situação, como, por exemplo, o reajuste de benefícios, como o auxílio-alimentação, e a revisão da regra da gratificação dos aposentados. Os servidores querem alteração na média dos últimos cinco anos da gratificação recebida pelo servidor para fins de aposentadoria.

A liberação de dirigentes sindicais também está entre os itens a serem debatidos com o governo e que podem ser atendidos sem restrições impostas pela lei eleitoral. O fórum ainda definiu como prioridade insistir com o governo a aprovação de propostas, como a PEC 555/06 e o PL 4434/08, que tratam do fim da cobrança de contribuição previdenciária sobre os aposentados e do índice de reajuste dos benefícios previdenciários, respectivamente.

A Condsef enviará um relatório com todas essas demandas para o Ministério do Planejamento e solicitará uma audiência para a retomada das negociações. Por fim, o fórum tirou como encaminhamento a realização de um seminário para discutir a campanha salarial 2015 dos servidores.

Ponto facultativo da Copa

No dia 18 de julho, a Condsef entrou com uma ação na Justiça para questionar a orientação do Ministério do Planejamento de reposição das horas não trabalhadas durante os jogos da Copa do Mundo, em decorrência dos pontos facultativos estabelecidos pela Portaria nº 113, de abril deste ano. É que, passado o Mundial, o governo está cobrando dos servidores federais a reposição dos dias em que o serviço público esteve fechado em virtude dos jogos do Brasil.

A Condsef argumenta que nos dias estabelecidos como pontos facultativos os órgãos foram fechados sem dar possibilidade de escolha aos servidores, caso quisessem trabalhar para não ficar devendo hora. Em segundo lugar, o ponto facultativo foi uma exigência da Fifa para que o evento pudesse ser realizado no país, não foi uma iniciativa dos servidores. O argumento utilizado na época foi de que, sem expediente ou com o horário reduzido, as cidades brasileiras teriam mais mobilidade.

Além disso, a Portaria 113, em momento algum, cita a necessidade de reposição das horas trabalhadas, o que agrava ainda mais a situação. Em contrapartida, em um comunicado expedido pelo Ministério do Planejamento no dia 6 de junho, o governo exige que as horas não trabalhadas na Copa sejam repostas até o dia 31 de setembro próximo. Diante de tal arbitrariedade, a Condsef recorreu à Justiça, para que os servidores não saiam prejudicados.

Entidades reivindicam espaço no Conselho de Comunicação Social

A Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação com Participação Popular (Frentecom) reivindica a participação da sociedade civil na nova composição do Conselho de Comunicação Social (CCS). Entidades ligadas à Frentecom encaminharam documento ao Senado indicando possíveis nomes para assumir as vagas e pedir transparência no processo de escolha dos representantes, já que, nas poucas eleições realizadas, o Senado não ouviu as organizações

sociais dedicadas à causa da democratização das comunicações, além de privilegiar representantes de empresas jornalísticas. A qualidade do sistema de comunicação brasileiro, a liberdade de expressão, regionalização da programação, criação de programas educativos, artísticos e culturais, entre outros pontos que as emissoras de rádio e TV deveriam produzir, só irá acontecer quando a democratização da mídia for uma realidade. Iniciativas como a do Frentecom buscam essas mudanças.

Mesmo sem acampamento, movimento Ocupe Estelita continua resistindo

Depois de serem covardemente expulsos do Cais José Estelita na ação policial pela reintegração de posse do terreno no dia 17 de junho e deslocarem o acampamento para debaixo do viaduto Capitão Temudo, os manifestantes do Movimento Ocupe Estelita decidiram encerrar a dormida no local devido às ameaças e ataques sofridos, colocando em risco a vida dos integrantes. O movimento continuará com as atividades políticas, culturais e educativas sendo feitas tanto embaixo do viaduto quanto na Praça



Abelardo Rijo, que também fica na área Central da cidade, nas proximidades do acampamento. No dia 30 de junho, eles acamparam na sede da Prefeitura do Recife para cobrar participação nas negociações sobre o projeto Novo Recife, e, no dia 17 de julho, participaram de uma audiência pública na Fafire sobre o projeto.

Sindsep-PE instala comitê em prol do plebiscito da reforma política

Você concorda com o sistema político brasileiro? Os políticos representam realmente os interesses do povo? Esses questionamentos estão no eixo da campanha do plebiscito popular por uma reforma no sistema político. Para oficializar seu engajamento na campanha, o Sindsep-PE lançou, no dia 24 de julho, um comitê específico para os servidores federais em prol do plebiscito. O comitê já está em pleno funcionamento na sede do Sindsep, com parceria com o Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal (Sintrajuf).

“O Sindsep, que tem uma base estadual, não pode se furtar de abraçar essa campanha. Estamos nos unindo aos movimentos sociais para cobrar uma mudança no sistema político. Esse Congresso Nacional não nos representa. Tem muitos projetos contrários aos trabalhadores”, destacou a coordenadora geral em exercício do Sindsep-PE, Graça Oliveira, ao lançar o comitê no sindicato. Além da sede, a entidade vai lançar sub-comitês nas suas subseções no interior do Estado.

E para marcar a instalação do comitê no Sindsep, a entidade convidou o cientista político e professor da UFPE, Michael Zaidan, para proferir uma palestra. O evento também contou com a participação de Eduardo Mara, da organização nacional do plebiscito, que explicou os detalhes da campanha. “A ideia é rediscutir o sistema político como um todo. Temos que mexer em tudo

que diz respeito à concentração de poder do sistema estruturante e discutir conjuntamente um novo projeto de Estado. E para isso, é preciso a participação popular. Queremos uma constituinte soberana para dar voz à população”, salientou Mara.

Coube a Zaidan fazer uma análise crítica do atual momento e chamar atenção dos movimentos sociais, que, na sua opinião, passou por um processo de “paralisia” nos últimos anos. “Houve uma crise de identidade dos movimentos sociais. O tema da reforma política é recorrente e voltou após as manifestações de 2013. É preciso ter cuidado para não passar por casuísmo. Não se faz reforma política da noite para o dia”, destacou o professor, sem deixar de defender a importância de mudança no sistema político brasileiro.

“O que temos no Brasil hoje é uma imoralidade, desde as ligações até o financiamento das campanhas”, disse. O cientista político defendeu a pluralidade partidária como uma característica da democracia e da heterogeneidade de opiniões. Para Zaidan, é preciso um trabalho educativo na divulgação do plebiscito. A campanha tem que ser ampla para florescer. É preciso explicar cada tema da reforma política, cada nuance da campanha”, aconselhou, acrescentando que é preciso comprar briga com o Congresso Nacional, com os partidos políticos e com o Judiciário.

Comitê vira ponto de apoio e de info

O comitê do Sindsep conta com material de divulgação e serve como ponto de informação. Também será local de votação, entre os dias 1º e 7 de setembro, quando de fato acontecerá o plebiscito. Nesse período, a população será consultada se é a favor de que se mudem as leis do sistema político, com uma pergunta única: “Você é a favor de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político?”

O objetivo é coletar 10 mi-

lhões de votos em todo o Brasil, os quais serão enviados ao governo federal e ao Congresso Nacional, para forçar os órgãos de decisão a convocar a constituinte da reforma do sistema político brasileiro. Atualmente, já foram construídos mais de 800 comitês populares em todo o Brasil e cerca de 70 só em Pernambuco.

Motivos para a realização do plebiscito não faltam. A correlação de força existente no Congresso Nacional não repre-



► Conheça o que está sendo proposto

► O que é isso de “plebiscito”?

É quando a população é chamada a votar em alguma coisa, para saber o que quer. Lembra do referendo das armas, que aconteceu em 2005? Ele perguntou se o povo concordava com a lei de desarmamento, que já existia. O plebiscito é parecido, mas pergunta coisas que ainda não existem, são propostas de mudança. E esse plebiscito quer mudar o sistema político do Brasil.

► Essas pessoas estão querendo acabar com o Congresso, é isso?

Não. Essas pessoas querem reformular as “regras do jogo”, ou melhor, as regras da política. Por exemplo: vamos poder decidir quem pode se eleger e como. Para isso, precisamos saber se a população também quer mudar a política. E os votos do plebiscito, poderá ser chamada uma assembleia Constituinte Exclusiva e Soberana, para pensar as mudanças.

► Mas o que é essa assembléia constituinte exclusiva e soberana?

É onde se reunirão os representantes da população, eleitos exclusivamente para mudar a política, por isso chama-se Exclusiva. Essa assembleia fará leis que entrarão na nossa Constituição Federal, por isso é chamada de constituinte. Nenhum outro órgão do Estado - Senado, Câmara dos Deputados ou Presidência - poderá mexer nessas novas leis, e por isso é chamada de soberana.

senta a população brasileira e sim alguns poucos setores que atendem o interesse de uma minoria. Com esse quadro desproporcional, as reais necessidades do país não são pautadas como deveriam ser. Os brasileiros não podem deixar que o rumo do país seja decidido por um grupo que não corresponde à realidade nacional.

Só para se ter uma ideia, mais de 70% do Congresso Nacional é composto por fazendeiros e empresários, um contra-senso à

maioria da população, que é formada por trabalhadores e camponeses. Apenas 9% são mulheres, mesmo elas representando mais da metade da população. Somente 8,5% dos parlamentares são negros, enquanto 51% dos brasileiros se declaram nessa categoria. Menos de 3% do Congresso é composto por jovens, embora as pessoas entre 16 e 35 anos representem 40% do eleitorado do Brasil.

E sabe por que isso? Porque a grande maioria dos parlamenta-



DEBATE Eduardo Mara e Zaidan defenderam uma reforma no sistema político brasileiro



REGIONAL Ato político no centro do Recife reuniu várias entidades para divulgar a importância do plebiscito

Ato para divulgar campanha

Para despertar a sociedade sobre a necessidade de se realizar uma reforma política no país, no dia 7 de julho, o Comitê Regional do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, sediado na CUT-PE, promoveu um ato público na praça do Diário, no centro do Recife. A manifestação contou com panfletagem e exposição de faixas e cartazes, além da presença de várias entidades que apoiam o movimento, entre elas o Sindsep-PE.

“O servidor público tem que despertar para essa realidade e fazer mobilizações nos órgãos. Não podemos aceitar que a maioria dos presentes sejam eleitos pelo poder econômico. É preciso eleger pessoas que retratem a realidade da sociedade brasileira e não só do poder dominante”, alertou a coordenadora geral do sindicato em exercício, Graça Oliveira.

“Considero importante que haja uma nova constituinte para transformar o cenário político brasileiro”, disse, em entrevista ao Comitê Regional, o corretor de imóveis Rogério Bruno. Para Iyalê Moura, do Levante Popular da Juventude, o atual sistema político não atende as reais demandas da juventude, das mulheres, dos negros e negras: “A realização de uma Constituinte Exclusiva e Soberana para o sistema político pode pautar essas demandas.”

FORMAÇÃO

Um dia antes do ato público na praça do Diário, o Comitê Regional do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político realizou um curso de formação de multiplicadores do movimento. O evento foi realizado na sede do Sindsep-PE e contou com a presença de mais de cem pesso-

7 de julho

► Foi a data do primeiro grande ato público para divulgar o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político

12 de agosto

► Será o Dia Nacional de luta, com programação em todo o país

as, entre sindicalistas e ativistas dos movimentos sociais.

A parte da manhã foi dedicada a palestras e debates. Carmem Silva, do Fórum de Mulheres de Pernambuco, abriu as discussões. Ela começou explicando que atualmente as campanhas políticas são financiadas, em sua maioria, por empresas privadas, e, quando o candidato é eleito, o empresariado “cobra a conta”. Para ela, isso é um dos pilares da corrupção no país. Por isso, é necessário mudar as regras do sistema político.

Carmem esclarece que o plebiscito não garante a constituinte, ele é apenas uma forma de pressionar o governo e o congresso. Ela também explica que não existe um projeto de reforma política fechado, mas, entre as entidades que estão organizando o plebiscito, há consenso em dois pontos: financiamento

público de campanha e voto no partido. Quanto à constituinte ser exclusiva e soberana do sistema político, Carmem explica que se trata de uma estratégia para não pôr em risco os direitos garantidos na atual constituição.

Eduardo Mara, da *Consulta Popular*, também expôs suas ideias. Ele reforçou que o plebiscito é apenas a primeira etapa de uma grande luta. Se a população conquistar a constituinte, ainda será necessário se mobilizar para que as propostas favoreçam a sociedade e não apenas o poder econômico. Por isso, a princípio, existem dois grandes desafios: ocupar as ruas através de manifestações como a do dia 7 de julho e recolher o maior número possível de votos durante os dias 1º e 7 de setembro deste ano.

Mara também lembrou a vitória obtida com o plebiscito popular de 2002, quando mais de 90% da população consultada disse não à Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Ele também reforçou a importância de todos os setores da sociedade civil se engajar na luta pela reforma política, a exemplo do setor progressista da Igreja Católica e do movimento sindical.

Após as explanações de Carmem Silva e Eduardo Mara foi aberto o debate. Várias pessoas participaram da discussão. Na parte da tarde foi a vez dos participantes montarem estratégias de luta para que o plebiscito possa chegar ao conhecimento de um número maior de brasileiros.

Para o mês de agosto, está programado, no dia 12, o Dia Nacional de Luta. No dia 16 haverá o Curso dos Mil, em Normandia, Caruaru-PE. Será um momento para reforçar a mobilização e formar multiplicadores.

Formação

res é eleita com a “ajuda” da iniciativa privada, que financia suas campanhas eleitorais. O poder econômico é quem está decidindo as eleições. Depois, os financiadores vão cobrar vantagens nas decisões políticas que se dão no Congresso. E agora, depois de todos esses dados, “Você é a favor de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político?”. Junte-se ao Sindsep-PE e participe do plebiscito por uma constituinte soberana e exclusiva do sistema político brasileiro.

Sindsep-PE participa de Capacitação para concursados da Sudene

“A estabilidade é um instituto que nos dá condições de dizer ‘não’. De dizer ‘não vou fazer’ quando existe a tentativa de o obrigarem a fazer algo de errado. O servidor público é um agente do Estado e tem que agir de acordo com a probidade, a ética e a justiça. É por isso que temos a estabilidade. Para ter autonomia de trabalhar com liberdade e compromisso com o serviço público.” Foi com essas palavras que a coordenadora geral em exercício do Sindsep-PE, Graça Oliveira, deu as boas vindas e desejou boa sorte aos 45 novos servidores concursados da Sudene, empossados no início de julho.

Ao se referir aos princípios constitucionais da administração pública (legalidade, moralidade, impessoalidade, entre outros), Graça comemorou a renovação no serviço público e aconselhou os empossados, que vão passar por um estágio probatório de três anos para ter direito à estabilida-

de permanente, a não se curvarem diante de qualquer tentativa contra ele de desvio de conduta por parte de superiores.

“Ao contrário do que muita gente pensa, a estabilidade não é para segurar emprego. Até porque, se cometer algum ato ilícito, o servidor pode sim ser demitido. A estabilidade é para garantir o direito de se fazer o melhor para o serviço público sem sofrer qualquer tipo de pressão”, explicou Graça, que participou, no dia 4 de julho, da Semana de Capacitação dos novos servidores da Sudene, promovido pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do órgão.

O Sindsep parabenizou o setor de Recursos Humanos da Sudene pela iniciativa de convidar a entidade para conversar com os novos servidores do órgão e defendeu a realização de mais curso público, uma de suas bandeiras históricas. Ângela Lima, coordenadora geral de Gestão de Pessoas da Sudene, ressaltou a

importância do sindicato na vida dos servidores.

“Muitos desses servidores que estão assumindo são novos e precisam saber que existe um sindicato que os representa. Seria uma omissão de nossa parte se não mostrássemos isso”, explica Ângela, para completar: “O sindicato é a força que eles vão ter para buscar seus direitos.”

Além do Sindsep-PE, os novos concursados da Sudene ouviram representantes da Associação dos Servidores da Sudene e ainda participaram de palestras com a economista Tânia Bacelar, que falou sobre o desenvolvimento regional, e com o geógrafo e técnico em planejamento Jorge Santana, que resgatou a história dos últimos 40 anos da Sudene. Dentro da programação da Semana de Capacitação, houve também apresentação de todas as unidades administrativas da Sudene, para que os novos servidores conhecessem suas atribuições e seus projetos.



TREJETÓRIA Graça resgatou a história do Sindsep e a importância dos servidores da Sudene para a entidade

O sindicato na história

O Sindsep-PE aproveitou o espaço que lhe foi concedido na Semana de Capacitação dos novos servidores da Sudene para apresentar aos empossados a história do sindicato. A coordenadora geral em exercício da entidade, Graça Oliveira falou da importância da Sudene para o desenvolvimento do Nordeste e o quanto o órgão foi fundamental para o surgimento do Sindsep. Inclusive, o primeiro presidente da entidade, Jurandir Liberal, é sudeneano e liderou o movimento que deu origem ao sindicato.

Graça falou da dificuldade que se tinha na época para o servidor público conseguir o direito à sindicalização, que foi a partir da Constituinte, e lembrou das principais lutas travadas pelo sin-

dicato junto aos vários governos nesses 25 anos de existência da entidade.

Entre os maiores embates, a sindicalista ressaltou a perseguição do governo Collor ao servidor federal - que colocou vários servidores da Sudene em disponibilidade - e a luta pelos anistiados; contra as privatizações do governo FHC e a extinção da Sudene, no final do governo tucano. “Em todos esses momentos, o Sindsep-PE liderou o movimento de defesa dos servidores e contra o desmonte do serviço público”, relembra.

Antes de abrir para o debate, Graça convidou os novos sudeneanos a se incorporarem ao Sindsep-PE, salientando que a entidade está atenta com as

lutas gerais da sociedade, sempre em defesa de um país mais justo e igualitário. “Nossa função é organizar, negociar e ir para a luta. O sindicato não é birô jurídico. O que vamos buscar na Justiça são direitos que nos são negados e retirados, mas nosso papel é fazer a disputa política. E, para isso, é preciso a participação de todos vocês”, finaliza.

Entre as perguntas do público, houve dúvida sobre o plano de cargo e carreira, que foi prontamente respondido por Ângela Lima. Segundo a coordenadora de Gestão, já existe um plano de cargo pronto, mas falta ser aprovado. Atualmente, os servidores da Sudene estão inseridos no Plano Geral do Poder Executivo (PGPE).

► essa luta é nossa



Esquerda perde Plínio de Arruda Sampaio

O Brasil perde um grande homem e a esquerda um dos seus melhores quadros. No dia 8 de julho, morreu, em São Paulo, aos 83 anos, Plínio de Arruda Sampaio, vítima de um câncer ósseo. Sua trajetória, com mais de 50 anos de militância, foi marcada pelo engajamento na luta contra o poder político dominante, pela reforma agrária e a criação do PT. Foi um dos primeiros a ter seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional Nº 1 e, por isso, exilou-se no Chile. O ex-candidato à Presidência da República pelo PSOL em 2010, iniciou sua carreira na Juventude Universitária Católica, era graduado em direito e trabalhou como promotor público. Na década de 60, foi eleito deputado pelo antigo Partido Democrata Cristão (PDC), foi relator do projeto de reforma agrária do governo de João Goulart. Em 1985, foi eleito deputado federal e, em 1986, tornou-se deputado federal constituinte, atuando na elaboração da Constituição. Em 2005, Plínio deixou o PT e foi para o PSOL, legenda que representou como candidato ao governo de São Paulo em 2006.

Violação dos Direitos Humanos no final da Copa

Nos últimos dois dias da Copa do Mundo, o Rio de Janeiro foi cenário de graves violações aos direitos humanos e abuso cometido pela polícia. Após a expedição de mandados de prisão temporários pelo juiz Flávio Itabaiana, da 27ª Vara Criminal da Capital, e dois mandados de busca e apreensão expedidos pela Vara da Infância e da Juventude, foram presas 19 pessoas, sendo dois menores de idade. A justificativa dada pelos responsáveis para as detenções é que essas pessoas teriam participado, anteriormente, de manifestações sociais e políticas, como se isso fosse crime. Ou seja, a prisão seria para impedir supostos protestos, o que nada mais é do que uma higienização preventiva das ruas para impedir qualquer manifestação que pudesse incomodar os dirigentes da Fifa. A Anistia Internacional já tomou conhecimento dos fatos e condenou essa violação dos direitos humanos.

Ministério do Trabalho pode ser descentralizado

Não é de hoje que o sindicato denuncia o descaso do governo com os servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Além dos baixos salários, que promove uma das maiores rotatividades no Poder Executivo, os trabalhadores do órgão ainda se deparam com uma estrutura precária. Internet de baixa qualidade, equipamentos obsoletos e, principalmente, mão-de-obra reduzida são apenas alguns dos problemas enfrentados.

Não bastasse esse cenário, o governo anunciou um esboço de um possível projeto de lei para criação de um Sistema Único de Trabalho (SUT). A ideia é repassar aos estados e municípios todas as atribuições das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTEs), assim como funciona o Sistema Único de Saúde (SUS).

Para o diretor do Sindsep-PE e servidor da SRTE Recife, José Carlos de Oliveira, a proposta precisa ser analisada minuciosamente. Ele se mostra preocupado com a ideia de descentralizar o MTE, o que pode ser prejudicial aos trabalhadores do órgão e à população em geral. Para o sindicalista, as políticas de proteção ao trabalhador devem ser pensadas e executadas pela esfera federal. A proposta do SUT só aumenta o sucateamento do MTE.

“Essa descentralização enfraquece o Ministério do Trabalho e fragiliza as ações desempenhadas pelas SRTEs”, explica José Carlos, para completar: “É preciso que se abra o debate com todos os atores envolvidos com a possível criação desse Sistema Único do Trabalho. Se é para descentralizar, queremos apresentar propostas porque a tendência natural é o servidor rejeitar o projeto como ele está.”

Mizael Alves, servidor da SRTE em Recife, concorda com o sindicalista de que o SUT é mais uma tentativa de enfraquecer o órgão. “Já vimos isso antes, no governo Collor, que rebaixou o

Ministério do Trabalho ao status de secretaria.”

BRASÍLIA

No dia 16 de julho, o secretário executivo do MTE, Nilton Fraiberg, recebeu uma comissão da Condsef e de servidores do ministério para discutir a proposta do SUT. Ele começou falando que a ideia não é desagregar, nem afetar a estrutura física e pessoal do órgão. Disse que antes de enviar a proposta para apreciação do Congresso Nacional, o projeto poderá sofrer alterações a partir das sugestões das entidades e dos próprios servidores.

Da parte dos servidores houve vários questionamentos quanto à competência do MTE e o impacto disso numa possível descentralização. Sem um consenso, a reunião foi encerrada com um acordo entre as partes para que as entidades levassem esse debate para suas bases e outra reunião será marcada para retomada das negociações.

Ao sair do encontro no MTE, os representantes da Condsef e dos servidores do órgão avaliaram a conversa no ministério e decidiram realizar assembleias nos estados para detalhar a proposta do SUT com os servidores nos locais de trabalho. Além disso, ficou acertada a realização de um seminário nacional do setor, prevista para os dias 8, 9 e 10 de agosto, onde a proposta será amplamente debatida.

► Perigo à vista

Atribuições das SRTEs que podem ser descentralizadas

- 1 ► Execução, supervisão e monitoramento de ações relacionadas a políticas públicas de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego na sua área de jurisdição
- 2 ► Prioridade no fomento ao trabalho, emprego e renda
- 3 - Execução do Sistema Público de Emprego
- 4 ► Fiscalização do Trabalho
- 5 ► Mediação e arbitragem em negociação coletiva
- 6 ► Responsabilidade de fiscalização, como melhoria contínua nas relações do trabalho
- 7 ► Orientação e apoio ao cidadão, observando as diretrizes e procedimentos emanados do Ministério do Trabalho e Emprego
- 8 ► Gerência dos recursos do Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT)
- 9 ► Seguro desemprego

A triste realidade do MTE em Pernambuco

Entre os servidores do Ministério do Trabalho é consenso a necessidade de reestruturar o órgão. “Queremos uma reestruturação, mas na linha do fortalecimento do setor, que passe por uma melhora nas condições de trabalho e também nos salários, a partir da criação de um plano de carreira que reconheça a complexidade do serviço desenvolvido pelo MTE”, explica José Carlos Oliveira, diretor do Sindsep e servidor da Superintendência do Trabalho e Emprego (SRTE) no Recife.

Diariamente, a SRTE atende entre 300 e 400 pessoas, que procuram serviços como mediação entre capital e trabalho, arbitragem, seguro desemprego, combate ao trabalho infantil e escravo, além de consulta trabalhista. Na prática, alguns serviços do Ministério do Trabalho já estão descentralizados para os estados, como o seguro desemprego e a emissão de carteira de trabalho. Porém, muitos trabalhadores não têm experiência e os processos são desenvolvidos ao MTE.

Diante do problema, atualmente SRTE Recife não está dando entrada no Seguro Desemprego. Está apenas analisando os processos que retornam. José Carlos de Oliveira conta também que a capacidade de atendimento do órgão é limitada devido à falta de funcionários. Nos últimos seis anos foram realizados alguns concursos públicos, muitas pessoas foram convocadas, mas também muitas já saíram. Em Recife, a evasão do último concurso chega a 85%, segundo informações dos Recursos Humanos. Isso se dá por conta dos baixos salários. “As novas contratações não superam a evasão e o número de funcionários que se aposentam, explica o sindicalista.

DESMONTE
“A descentralização enfraquece o MTE e fragiliza as ações desempenhadas pelo órgão”



Greve no serviço público inglês

No dia 10 de julho, servidores federais da Inglaterra paralisaram os serviços, no que foi considerada a maior greve até agora durante o governo David Cameron, do Partido Conservador (o “Tory”). A manifestação foi comandada por professores, bombeiros, varredores de rua, motoristas, vigias de parques, funcionários administrativos e até servidores do parlamento de Westminster, que questionaram as políticas de austeridade do governo britânico.



Crimes contra palestinos na mira da ONU

O presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, pediu ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, a formação de um comitê internacional que investigue todos os crimes cometidos contra a população do país. Segundo a imprensa palestina, o presidente entregou uma carta ao enviado especial da ONU para o Médio Oriente, Robert Serry, na qual pede

a investigação dos crimes e violações contra o seu povo. A proteção da mídia americana a favor de Israel, não esclarece que a população civil sofre de ambos os lados, com a morte de milhares de inocentes: crianças, mulheres e idosos. As milhares de vidas roubadas, de forma tão injusta pela guerra, por razões políticas, e principalmente religiosas, merecem o reconhecimento do mundo de maneira igualitária.

Quase 90 processos pagos só neste ano

ENTRE O INÍCIO DE JANEIRO E FINAL DE JULHO, O SINDSEP-PE JÁ GARANTIU NA JUSTIÇA A VITÓRIA DE 89 PROCESSOS, BENEFICIANDO 1.303 SERVIDORES FILIADOS. A MAIORIA É DE AÇÕES DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, MAS TEM TAMBÉM PROCESSOS DOS 28,85%, 3,17%, GDATA, PSS E URP. ENTRE OS QUE JÁ COMEÇARAM A RECEBER ESSES PROCESSOS. HÁ SERVIDORES DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, SPU, UFPE, INSS, SUDENE, FUNDAJ, FUNAI, IPHAN, MINISTÉRIO DA FAZENDA, IFPE, UFRPE, AGU, DNOCS, TRT, DNPM, CMD7RM, ENTRE OUTROS. EM TODOS OS CASOS, O SINDSEP ENCAMINHOU CORRESPONDÊNCIA COMUNICANDO O FATO ÀQUELES QUE ESTÃO NOS PROCESSOS, PARA QUE POSSAM RECEBER O DINHEIRO. MAS É IMPORTANTE LEMBRAR QUE O SINDICATO VEM TENDO DIFICULDADE PARA CONTACTAR COM MUITOS DOS SEUS ASSOCIADOS QUE MUDAM DE ENDEREÇO E NÃO COMUNICAM À ENTIDADE. ESSA DESATUALIZAÇÃO PODE CUSTAR CARO PARA QUEM TEM CAUSA NA JUSTIÇA PELO SINDSEP. SEMPRE QUE GANHA UMA AÇÃO NA JUSTIÇA, O SINDICATO PRECISA COMUNICAR O FATO AO ASSOCIADO. SE NÃO TEM O ENDEREÇO NEM TELEFONE ATUALIZADOS, DIFICILMENTE ESSE SERVIDOR SERÁ NOTIFICADO, CAUSANDO-LHE PREJUÍZO. POR ISSO, O SERVIDOR DEVE PROCURAR O SETOR DE SINDICALIZAÇÃO, FALAR COM LÚCIA OU SIMONE, E ATUALIZAR OS DADOS. O RECADASTRAMENTO TAMBÉM PODE SER FEITO POR TELEFONE. É SÓ LIGAR PARA O NÚMERO 31316350, DAS 8H ÀS 17H.

	Nº DO PROCESSO	ORGÃO	OBJETO	SERVIDORES
TOTAL 26 processos 393 servidores	0016838-51.2012.4.05.8300	MPOG-SPU	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0017382-39.2012.4.05.8300	MPOG-SPU	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0016582-11.2012.4.05.8300	MPOG-SPU	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	9
	0016831-59.2012.4.05.8300	MPOG-SPU	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0017368-55.2012.4.05.8300	MPOG-SPU	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0017384-09.2012.4.05.8300	MPOG-SPU	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0017370-25.2012.04.05.8300	MPOG-SPU	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0017377-17.2012.4.05.8300	MPOG-SPU	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0017383-24.2012.4.05.8300	MPOG-SPU	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	9
	0016593-40.2012.4.05.8300	MPOG-SPU	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	9
	0016837-66.2012.4.05.8300	MPOG-SPU	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0016580-41.2012.4.05.8300	MPOG-SPU	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	2008.83.00.018026-8	MPOG-SPU	3,17%	2
	0009170-97.2010.4.05.8300	MPOG-SPU	3,17%	17
	0014941-85.2012.4.05.8300	MPOG-SPU	3,17%	5
	2009.83.00.005359-7	MPOG-SPU	3,17%	123
	2008.83.00.018729-9	MPOG-SPU	3,17%	30
	0002561-98.2010.4.05.8300	MPOG-SPU	3,17%	30
	0005235-15.2011.4.05.8300	MPOG-SPU	GDATA	10
	0004099-80.2011.4.05.8300	MPOG-SPU	GDATA	10
0007588-28.2011.4.05.8300	MPOG-SPU	GDATA	10	
0005237-82.2011.4.05.8300	MPOG-SPU	GDATA	10	
0003439-86.2011.4.05.8300	MPOG-SPU	GDATA	10	
0002085-26.2011.4.05.8300	MPOG-SPU	GDATA	1	
0009803-74.2011.4.05.8300	MPOG-SPU	GDATA	8	
0013957-38.2011.4.05.8300	MPOG-SPU	28,86%	10	
TOTAL: 9 processos 96 servidores	001089-19.1997.4.05.8300	UFPE	28,86%	24
	0017371-10.2012.4.05.8300	UFPE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0016594-25.2012.4.05.8300	UFPE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0016832-44.2012.4.05.8300	UFPE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0016834-14.2012.4.05.8300	UFPE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	2004.83.00.009154-0	UFPE	3,17%	2
	0005709-20.2010.4.05.8300	UFPE	3,17%	10
	0005337-71.2010.4.05.8300	UFPE	3,17%	10
	0005912-79.2010.4.05.8300	UFPE	3,17%	10
TOTAL: 6 processos 48 servidores	0016824-67.2012.4.05.8300	INSS	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0016830-74.2012.4.05.8300	INSS	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0017375-47.2012.4.05.8300	INSS	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0017359-93.2012.4.05.8300	INSS	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	2007.83.00.019127-7	INSS	3,17%	7
97.11281-0	INSS	3,17%	1	
TOTAL: 9 processos 150 servidores	2008.83.00.018549-7	SUDENE	3,17%	30
	0014942-70.2012.4.05.8300	SUDENE	3,17%	4
	0015637-24.2012.4.05.8300	SUDENE	3,17%	1
	2008.83.00.018727-5	SUDENE	3,17%	30
	2009.83.00.001794-5	SUDENE	3,17%	25
	2009.83.00.005743-8	SUDENE	3,17%	30
	0017376-32.2012.4.05.8300	SUDENE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0017393-68.2012.4.05.8300	SUDENE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0016583-93.2012.4.05.8300	SUDENE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
TOTAL: 8 processos 80 servidores	009.83.00.013065-8	FUNDAJ	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	2009.83.00.013063-4	FUNDAJ	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	2009.83.00.013066-0	FUNDAJ	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	2009.83.00.013095-6	FUNDAJ	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	2009.83.00.013062-2	FUNDAJ	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	2009.83.00.013721-5	FUNDAJ	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	2009.83.00.013098-1	FUNDAJ	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	2009.83.00.012509-2	FUNDAJ	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
TOTAL: 5 processos 41 servidores	0001653-36.2013.4.05.8300	FUNAI	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0001660-28.2013.4.05.8300	FUNAI	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0001659-43.2013.4.05.8300	FUNAI	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0001665-50.2013.4.05.8300	FUNAI	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0005457-71.1997.4.05.8300	FUNAI	28,86	1
TOTAL: 2 processos 20 servidores	017363-33.2012.4.05.8300	IPHAN	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0017394-53.2012.4.05.8300	IPHAN	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
TOTAL: 6 processos 136 servidores	0016841-06.2012.4.05.8300	FAZENDA	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0016826-37.2012.4.05.8300	FAZENDA	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	9
	95.13300-8	FAZENDA	28,86%	88
	0017891-38.2010.4.05.8300	FAZENDA	28,86%	10
	2007.83.00.012830-8	FAZENDA	3,17%	10
	2007.83.00.013384-5	FAZENDA	3,17%	9
TOTAL: 5 processos 116 servidores	0010590-06.2011.4.05.8300	IFPE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	30
	0010592-73.2011.4.05.8300	IFPE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	28
	0010589-21.2011.4.05.8300	IFPE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	30
	0017390-16.2012.4.05.8300	IFPE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	00105944-32.2011.4.05.8300	IFPE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	18
TOTAL: 2 processos 20 servidores	016840-21.2012.4.05.8300	UFRPE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0017381-54.2012.4.05.8300	UFRPE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
TOTAL: 1 processo 10 servidores	0001655-06.2013.4.05.8300	AGU	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
TOTAL: 1 processo 18 servidores	97.15987-6	CMD7RM	3,17%	18
TOTAL: 1 processo 18 servidores	96.11955-4	DNPM-PE	PSS	2
TOTAL: 1 processo 72 servidores	0000306-71.1990.4.05.8300	TRT	URPS	72
TOTAL: 1 processo 20 servidores	0005742-39.2012.4.05.8300	DNOCS	28,86%	20
TOTAL: 6 processos 81 servidores	0016829-89.2012.4.05.8300	DIVERSOS	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0017374-62.2012.4.05.8300	DIVERSOS	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0016833-29.2012.4.05.8300	DIVERSOS	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0016577-86.2012.4.05.8300	DIVERSOS	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	0017380-69.2012.4.05.8300	DIVERSOS	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10
	2009.83.00.009340-6	DIVERSOS	3,17%	31

TOTAL GERAL

89 processos
1303 servidores